

PETROBRÁS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

DEMILLICAMPS, Alcy. Alcy Demillicamps (depoimento; 1987). Rio de Janeiro, CPDOC FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988. 52 p. dat. (Projeto Memória da Petrobrás")

Alcy Demillicamps
(depoimento)

Proibida a Publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte.

Esta entrevista foi reavivência do convênio entre o CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas

ficha técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistadores: Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães e Maria Ana Quaglino

levantamento bibliográfico e roteiro: Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães

conferência da transcrição: Maria Ana Quaglino

sumário: Sandra Soares

texto: Dora Rocha Flaksman

leitura final: Maria Ana Quaglino

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

datilógrafa: Ilma da Fonseca Pinto

local: Rio de Janeiro - RJ

data: outubro de 1987

duração: 2 hs

fitas cassete: 02

páginas datilografadas: 52

SUMÁRIO

1ª Entrevista: Ida para o CNP como oficial-de-gabinete do general Horta Barbosa; papel de Domingos Fleury da Rocha no CNP; posição do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) quanto ao petróleo; razões da criação do CNP; relações entre CNP e DNPM; indicação do entrevistado para o CNP por Antônio Guedes; atritos entre o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o CNP; Decreto-Lei 538 (1938), de regulamentação do CNP; discussões internas no CNP; Acordo de Roboré (1938); Decreto 938 (1938); assinatura do ministro da Agricultura nos decretos relativos ao petróleo; viagem de Horta Barbosa à Argentina e ao Uruguai; Decreto 1.143 (1939), dando estrutura financeira autônoma ao CNP; Decreto 4.071 (1939), regulamentando o abastecimento nacional de petróleo; Decreto 1.639 (1939), transferindo para o CNP o material do DNPM; Decreto-Lei 1.985, ou novo Código de Minas (1940), estabelecendo que o direito à pesquisa e à lavra é limitado a brasileiros; Decreto-Lei 2.615, de criação do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos Mineiros; Decreto-Lei 3.236 (1941), instituindo o regime legal das jazidas de petróleo; Decreto-Lei 4.675 (1942), requisitando o material da Companhia Petrolífera Copeba; saída de Horta Barbosa do CNP (1943); atuação do CNP durante a Segunda Guerra Mundial; gestão de João Carlos Barreto no CNP; razões da instalação da indústria siderúrgica e da não instalação de refinarias durante a guerra; concorrência para a instalação de refinarias particulares em 1946; a Refinaria Nacional de Petróleo; Destaque 650 do Plano Salte em 1949: crédito para petroleiros e refinarias, o CNP e o DASP, Mário Bittencourt Sampaio; papel de Avelino Inácio de Oliveira na comissão do Estatuto do Petróleo; Decreto 28.050 (1950), dispondo sobre a administração da Frota Nacional de Petroleiros (Fronape); Decreto 28.240 (1950), integrando ao território nacional a plataforma submarina..... 41

2ª Entrevista: Atuação de Horta Barbosa na Campanha do Petróleo e seu prestígio no CNP; as refinarias de Mataripe e Cubatão e o CNP; gestão de Plínio Cantanhede no CNP: retomada das posições de Horta Barbosa; refinarias particulares; Decreto 29.171 (1951), reduzindo os poderes do CNP; Decreto 30.161 (1951), dispondo sobre a competência dos órgãos de exploração do petróleo; Lei 1.749 (1952), estabelecendo mudanças no Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos; aprovação da Lei 2.004 e relação entre CNP e Petrobrás; Hélio Beltrão no CNP; crítica aos contratos de risco..... 52

1ª Entrevista: 21.10.1987

M.Q. - Dr. Aley, vamos começar primeiro perguntando como o senhor foi convidado para ser advogado do CNP.

A.D. - Quando o Conselho Nacional do Petróleo foi fundado havia necessidade de regulamentar a maneira de arrecadação de uma taxa que se destinava à sua manutenção. Então, o presidente que exercia o cargo, o general Júlio Caetano Horta Barbosa, pediu-me a colaboração com certa urgência, para que a tarefa do Conselho não se retardasse por falta de recurso. Daí começar a minha atuação junto ao Conselho Nacional de Petróleo, com o título de oficial-de-gabinete dele.

C.G. - Isso em que época? Na época em que está se organizando o CNP?

A.D. - Foi na época do Decreto-Lei 395.

C.G. - Antes da redação do próprio decreto-lei?

A.D. - Não. Já estava o decreto em vigor, o Conselho instalado.

C.G. - Então é entre o Decreto 395 e o 538, que é o que regulamenta o...

A.D. - Exatamente.

C.G. - É o senhor quem redige esse decreto que regulamente o CNP?

A.D. - Não posso dizer que eu que redigi, os colaboradores eram muitos. Mas para dar a forma legal, talvez tenha sido eu.

M.Q. - Antes disso, quem é que, vamos dizer assim, respondia por essa parte de redação jurídica?

A.D. - Tenho a impressão que ninguém. Porque era o começo do Conselho.

M.Q. - Mas nós sabemos que o Conselho foi criado dentro

do Conselho Federal de Comércio Exterior.

A.D. - Sim, aí é o projeto. Mas depois que saiu o decreto-lei, ele foi instalado ali no porão da Câmara dos Deputados.

M.Q. - O CNP?

A.D. - É.

M.Q. - Funcionou lá.

A.D. - É, não tinha lugar. Funcionava no...

M.Q. - No porão. [risos] Mas como nós conversamos previamente, o senhor disse que havia uma pessoa muito importante nesse momento de criação, além do general Horta Barbosa obviamente, que era o dr. Fleury da Rocha.

A.D. - É, Domingos Fleury da Rocha.

M.Q. - O senhor poderia falar um pouco a respeito do dr. Fleury?

A.D. - O dr. Fleury da Rocha era engenheiro geólogo, diretor da Escola de Geologia de...

C.G. - Ouro Preto.

A.D. - De Ouro Preto. Mas no momento estava na Divisão de Minas do Ministério da Agricultura. Então ele veio para o Conselho, era um dos conselheiros. A comissão executiva era formada pelo presidente e dois conselheiros. Um era o Fleury e o outro era o... O outro eu não me lembro o nome, deve ter aí.

M.Q. - Não tem importância.

A.D. - É porque não tinha grande...

M.Q. - Agora, o senhor teve conhecimento de todo o processo que antecedeu a sua entrada lá, o processo de criação do CNP? Embora não tenha participado, o senhor ouviu falar, por exemplo, dos problemas que ocorreram com relação ao projeto que também estava sendo elaborado pelo Departa

mento Nacional da Produção Mineral, pelo Dr. Glycon de Paiva, para a organização de um serviço de exploração do petróleo dentro do DNPM, que concorreu com o projeto de criação do Conselho Nacional de Petróleo?

A.D. - Sim, o Departamento Nacional de Produção Mineral tinha instalado já um serviço de prospecção na zona de Lobato. Mas lutando com muita dificuldade, porque não tinha crédito, não tinha dinheiro. E o Conselho aí é que veio dar um impulso a essas pesquisas.

C.G. - A descoberta de petróleo, de indícios de petróleo em Lobato tem importância para a criação do CNP? Na verdade o CNP se cria dentro de uma filosofia mais de estímulo ao refino...

A.D. - O motivo da criação do CNP não foi Lobato. Deve-se a criação do CNP ao Estado-Maior do Exército, que entendia que o petróleo era uma substância de interesse da defesa nacional. E que portanto tinha que ser encarado sob outro aspecto que não o de uma simples jazida mineral. Por isso é que foi necessário criar o Conselho Nacional do Petróleo. O expediente todo do Estado-Maior do Exército era nesse sentido, de mostrar a importância daquela criação. Não podia ser como o Glycon de Paiva pretendia, uma pesquisa de jazida mineral. Não era isso.

C.G. - Sei, é por isso que o CNP...

A.D. - Até pelo contrário, podíamos não ter petróleo e ser necessária a criação do Conselho Nacional do Petróleo.

C.G. - Então é esse o espírito que anima o CNP...

A.D. - Foi isso que animou.

C.G. - ... que regulamente a comercialização e o refino muito mais cuidadosamente do que a pesquisa e a lavra.

A.D. - Claro, com outro objetivo. Porque mesmo sem jazida de petróleo aqui, nós tínhamos que ter pelo menos a refinação do petróleo.

C.G. - Mas essa prioridade à distribuição e ao refino do petróleo era fundada em uma descrença no petróleo de Lobato, ou era uma primazia dada a questões estratégicas? Tal vez, por exemplo, na disputa política com a Argentina?

A.D. - Eu tenho a impressão de que prevalecia a estratégia, a questão militar, a questão da defesa nacional. Não era estratégia, era defesa nacional. Porque aí abrange a economia. Nós não podíamos confiar na pesquisa das jazidas de petróleo feita por particulares ou pelas empresas de petróleo. Por particulares, porque não tinham dinheiro suficiente para essa que era uma pesquisa muito cara. Pelas empresas de petróleo, porque elas não tinham interesse na descoberta das jazidas. Então, era preciso ter um órgão encarregado disso e que tivesse os recursos monetários para fazer a pesquisa em nível técnico. Porque não se pode pesquisar... A pesquisa do petróleo tem aspectos particulares que a pesquisa das outras jazidas não tem. Uma jazida de ouro você descobre a olho nu. A jazida de petróleo, em primeiro lugar tem que saber -- porque é muito caro -- nos outros países, onde é que deu petróleo. Para eu saber as características daquelas regiões e então procurar no meu país as mesmas características, porque é provavelmente nelas que eu vou encontrar petróleo.

A intenção geral é que no Brasil não existia petróleo. Porque o inglês — naquele tempo era colônia, a África se compunha de colônias da Inglaterra — o inglês pesquisara a África inteira e não encontrara petróleo. Hoje encontraram com recursos novos, mas naquela época, com os aparelhos de que dispunham, não encontraram petróleo. Então, como estava provado que o Brasil geologicamente era ligado à África — aquele contorno ali corresponde com a parte do Brasil — e como eles tinham pesquisado ali e não tinham encontrado, sustentavam que no Brasil não existia petróleo. Por causa da similitude das terras, das condições geológicas. Então, precisava selecionar as regiões

onde em outros países se encontrou petróleo, para nessas regiões se fazer a pesquisa por meio de perfurações. Naquele tempo já começavam as pesquisas por meio das... detonações. Eu faço um furo aqui e ponho a dinamite aqui, e aqui fica o registrador. O registrador mostra quanto tempo a onda levou para atravessar essa região aqui. É conhecido o tempo gasto quando essa onda atravessa líquidos sólidos ou gases. Então aí já se faz a seleção. Aqui não há, levou esse tempo todo atravessando zona dura, que não tem petróleo. Ou então atravessou líquidos, e é o que os livros de geologia dizem muito: é muito comum a gente pensar que é petróleo, e é água. [risos]

C.G. - Essa era uma discussão levada entre o CNP e o DNPM no momento da sua instalação. Mas...

A.D. - Não, não houve a discussão. O DNPM nunca se opôs ao trabalho do Conselho, nunca. Não. Porque havia aquele espírito de colaboração. Os engenheiros do DNPM eram idealistas também. Tanto que muitos deles foram aproveitados. Os primeiros vieram de lá.

C.G. - Bom, há quem tenha ressentimentos contra o CNP.

A.D. - É, quem diga o contrário... Mas não, eu nunca percebi isso, não.

C.G. - O órgão em si não...

A.D. - Não, eram elementos muito bons. O dr. Fleury, por exemplo.

M.Q. - É, mas o dr. Fleury saiu do DNPM depois de uma briga interna.

A.D. - Sim, mas não por causa do petróleo. Outros motivos há, porque em toda repartição tem uma política.

C.G. - Agora, quais foram os técnicos que foram do DNPM para o CNP?

A.D. - Bem, eu posso cometer injustiças, porque do nome deles eu não lembro mais. Quase 40 anos, eu não me lembro

mais. Mas isso consta lá.

M.Q. - Mas voltando um pouquinho atrás à nossa pergunta i nicial, numa conversa anterior o senhor havia i dito que foi indicado pelo...

A.D. - Antônio Guedes.

M.Q. - É, Antônio Guedes. Mas isso ocorreu lá no Clube Mi litar. O Antônio...

A.D. - Ele era advogado do Clube Militar. E naquele tempo o general Horta Barbosa tinha sido presidente do Clube Mi litar.

M.Q. - Bom, então vamos passar para a parte do decreto de regulamentação...

C.G. - Eu queria voltar um pouco atrás, seguir nessa dis cussão sobre o espaço que o CNP tem que criar para si pró prio na sua instalação. E aí eu tenho a impressão de que houve uma disputa de espaço entre o CNP e o DASP, que es tava se instalando nesse momento.

A.D. - Isso sim.

C.G. - O senhor recompõe isso para a gente? Faz esse rela to?

A.D. - Porque o Conselho Nacional de Petróleo pleiteava uma certa liberdade na aplicação dos recursos e na contrata-
ção do pessoal, e o DASP insistia; o Conselho Nacional do Petróleo é uma repartição pública como outra qualquer, e então tinha que estar sujeito às mesmas regulamentações das demais repartições.

M.Q. - Mas aí então, no decreto que regulamentou o CNP...

A.D. - Decreto 538.

M.Q. - Exatamente. O CNP é criado como um órgão autônomo...

A.D. - Autônomo.

M.Q. - Vinculado à Presidência da República, não é?

A.D. - Exato.

M.Q. - Isso criou uma série de dificuldade entre CNP e o DASP, não foi?

A.D. - Foi. Porque todos os expedientes que saíam do Conselho Nacional de Petróleo, subordinado diretamente ao presidente da República, eram dirigidos ao presidente da República. O presidente da República invariavelmente mandava ouvir o Dasp. O Dasp opinava contra. O presidente da República mandava voltar ao Conselho Nacional de Petróleo. O Conselho rebatia os argumentos do Dasp, e o presidente da República, aprovava o expediente do Conselho. O presidente Getúlio Vargas sempre aprovou, mas fazia esse jogo.

C.G. - O senhor nos disse numa conversa anterior que o Dutra também, como ministro da Guerra, amparava o CNP.

A.D. - Claro, todo o apoio.

C.G. - Dr. Alcy, no Decreto 538 também se estabeleceu a exigência da nacionalidade dos membros do Conselho Nacional do Petróleo. Essa exigência da nacionalidade se estendia a todos os outros conselhos da República na época?

A.D. - Nacionalidade como?

C.G. - Todos os membros do CNP têm que ser brasileiros natos, pelo Decreto 538. Isso era exigência de todos os conselhos da República naquela época, ou era só do CNP?

A.D. - Exigia brasileiro nato?

C.G. - É, tinha que ser brasileiro nato.

C.G. - Eu suponho que essa exigência era particular do Conselho, que eu saiba, porque em outras repartições, não. Presidente da República eu não conheço, mas existem ministros e autoridades, juizes que não nasceram no Brasil mas eram brasileiros.

C.G. - E essa exigência se explica pelo caráter de segurança nacional...

A.D. - É, deve ser a mesma coisa. A preocupação era essa.

C.G. - Pelo Decreto-Lei 538, o CNP torna mais restritivo o seu controle sobre a comercialização do refino, como já foi dito aqui.

A.D. - É.

C.G. - E estabeleceu o controle de preços do petróleo.

A.D. - É.

C.G. - Por que se julgou necessário esse recurso, esse instrumento de controle de preços sobre o petróleo?

A.D. - O mesmo princípio da defesa nacional. Porque não se podia deixar o preço do petróleo solto. Era necessária uma fiscalização, saber o preço da importação, o preço que eles empregavam no transporte etc. etc., para então fixar um preço uniforme no Brasil inteiro. Isso foi uma grande coisa. O Brasil é um país enorme, e vendia-se gasolina em Manaus por dez ou quinze vezes mais do que se vendia no Rio de Janeiro. Nós estabelecemos um preço uniforme no país inteiro.

C.G. - E como é que se fiscalizava isso?

A.D. - A fiscalização era pelo Conselho do Petróleo.

C.G. - Era o Conselho.

A.D. - Era o Conselho. Havia os mapas, era um serviço muito bem feito.

M.Q. - Mas havia fiscais? O quadro do CNP já incluía essa categoria?

A.D. - O quadro era muito modesto, mas a fiscalização era possível porque havia, vamos dizer, uma reciprocidade entre o vendedor e o comprador. De maneira que havia fiscalização. Os preços eram publicados no jornal. O Consumidor, o motorista sabia o preço.

M.Q. - O senhor poderia falar um pouquinho a respeito de como se fazia a legislação? Como é que se discutia internamente no CNP? Era o general Horta Barbosa que determinava? Era o conselho do CNP que decidia, o senhor participava des

sas sessões, dessas discussões?

A.D. - Não, das sessões eu não... Participava às vezes, quando o encarregado, que naquele tempo era o major Ibá Jobim Meireles, o chefe do gabinete... Ele é que secretariava as sessões, ele é que fazia as atas. Quando ele estava impedido é que eu o substituí.

M.Q. - E nessas sessões, como é que se davam os debates? Nessas sessões a que o senhor assistiu.

A.D. - Os debates eram, vamos dizer, normais. Vamos dizer, enfadonhos. [risos] Porque não se discutia, lá todo mundo pensava a favor da defesa do petróleo. Então, lá dentro não havia discussão. A discussão era uma companhia que pedia autorização para funcionar, era se dava, negava, era isso. Não havia uma...

C.G. - Nessa primeira gestão do CNP, a defesa do petróleo era vista de um ponto de vista nacionalista e até estatizante.

A.D. - É, estatizante.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.G. - É nesse espírito que se estabelece nesse primeiro decreto, o 538, que a lavra e a industrialização do petróleo caberão ao próprio CNP, se ele julgar...

A.D. - É.

C.G. - ... se ele julgar conveniente.

A.D. - É.

C.G. - Dr. Alcy, havia intenção do CNP de utilizar essa sua prerrogativa...

A.D. - Sim.

C.G. - ... de industrialização, quando se descobrisse...?

A.D. - É, sim.

C.G. - Apesar de o CNP não se ocupar com a lavra, ele ti nha reservado para si mesmo o direito da industrialização em qualquer descoberta de petróleo no território nacional.

A.D. - Não havia essa reserva...

C.G. - Não, mas o decreto...

A.D. - O 538?

C.G. - ... estabelece que a pesquisa, a lavra e a industrialização dos produtos de petróleo, se o CNP julgar co nveniente, lhe cabem integralmente.

A.D. - Sim, se julgar conveniente. Mas como não havia si do descoberta a jazida, não houve oportunidade para exercer esse monopólio, essa preferência.

C.G. - Essa preferência. Mas era explícita a intenção de usar a prerrogativa, se se descobrisse?

A.D. - Sem dúvida. Sempre foi essa a preocupação.

M.Q. - Agora, com relação à pesquisa e à lavra, por que o CNP não aproveitou a estrutura do antigo DNPM? Ficava o DNPM com a pesquisa e a lavra, e o CNP se utilizava dessa estrutura. Por que essa estrutura vai para o CNP e deixa o DNPM?

A.D. - Porque era uma estrutura muito especializada. E no Departamento Nacional de Produção Mineral não existiam es ses especialistas. A pesquisa do petróleo é uma coisa mui to particular, vamos dizer, singular. Não é particular, é singular. Demanda conhecimentos próprios que quem não tem o curso não sabe.

C.G. - Dr. Aley, então o CNP fez uma política de criação desses corpos?

A.D. - Claro! Mandou vários engenheiros para os Estados U nidos fazer o curso. E esses profissionais é que na usu al volta trataram do assunto.

C.G. - O CNP então preferiu mandar técnicos brasileiros pa ra o exterior...

A.D. - Para fazer a formação, pois aqui no Brasil não podia fazer.

C.G. - E o CNP ao mesmo tempo contratou técnicos estrangeiros?

A.D. - Não chegou a contratar técnicos estrangeiros, porque o CNP não chegou a trabalhar nesse assunto. Quem trabalhou foi a Petrobrás. O CNP começou o serviço, mas não foi feliz nas suas descobertas. De maneira que não... Mesmo porque, embora houvesse já algum recurso, não era suficiente. As primeiras provas foram negativas.

C.G. - Mais adiante algumas reservas vão ser estabelecidas pelo CNP, em Alagoas, Sergipe e Bahia.

A.D. - É Alagoás e Bahia, mas muito modestas.

C.G. - E mesmo assim mais tarde.

A.D. - É, mais tarde.

C.G. - Dr. Alcy, vamos conversar agora sobre o Acordo de Roboré, o tratado de aproveitamento de petróleo boliviano que é firmado em 38. O senhor comenta para a gente qual é a posição do CNP em relação a esse tratado que já estava negociado? O tratado foi negociado antes...

A.D. - No tempo do Departamento, é. Quem fez a primeira negociação foi o dr. Fleury. Dr. Fleury foi a La Paz e ele me contou, foi mal recebido. Porque os bolivianos também eram nacionalistas. Então, achavam que a Bolívia não devia dar a concessão para o Brasil. Dr. Fleury me contou que não pôde sair do hotel, entrou no hotel e não pôde sair. Havia povo na porta impedindo a saída dele.

C.G. - E o CNP aprova o espírito do tratado?

A.D. - Aprova, mas o tratado não funcionou nunca. Porque a Bolívia até hoje não consentiu isso.

C.G. - É verdade. Não funcionou, mas aqui internamente foi alvo de várias discussões.

A.D. - Bom, mas discussões favoráveis à exploração. Porque lá eles tinham petróleo. De maneira que nós queríamos investir na pesquisa lá, que era uma pesquisa aparentemente favorável. Mas eles não deixaram. Jamais funcionou.

C.G. - Apesar do tratado firmado...

A.D. - Nunca foi executado.

C.G. - O senhor tem memória de quais foram os empecilhos concretos que os bolivianos colocaram?

A.D. - O nacionalismo.

C.G. - Mas o senhor não lembra de nenhuma providência concreta que eles tenham tomado contra o tratado? Porque o tratado estava assinado, de qualquer forma.

A.D. - É, assinado.

C.G. - Mas não se implementava.

A.D. - Mas não se implementava.

C.G. - O governo brasileiro tomou alguma providência mais drástica para implementar?

A.D. - Não, reiterava os pedidos, mas eles não eram atendidos.

M.Q. - Mas será que a não implementação desse tratado não se deveu também ao fato de que nós não tínhamos condições naquele momento de investir nessa pesquisa?

A.D. - Não, o motivo foi mesmo o orgulho boliviano. O orgulho não é apenas boliviano. Na minha vida prática tenho lidado com muitos casos assim internacionais, envolvendo os países da América do Sul. Há uma certa rivalidade...

[FINAL DA FITA 1-A]

A.D. - Nós sentimos isso desde o tempo do Mauá. Mauá quis muito fazer essa aproximação do Brasil com os países da América do Sul. E foi obstado pelo sentimento nacionalis-

tá, vamos dizer apenas nacionalista, dos países sul-americanos. E que até hoje ainda se nota. Hoje há uma preocupação oficial para a formação do mercado comum, mas individualmente cada país é contra esse espírito. O argentino nos facilitou muito em matéria de petróleo, mas nunca permitiu que fôs semos lá pesquisar.

M.Q. - Dentro do CNP havia uma concordância em relação à necessidade de se implementar esse tratado? Havia alguma posição divergente?

A.D. - De fazer o quê?

M.Q. - De ir lá explorar. Já que não eram as dificuldades técnicas que impediam. Havia discordâncias internas?

A.D. - Não, não havia. Todo mundo queria.

M.Q. - Então era exatamente o problema de lá, deles.

A.D. - Nacionalismo de lá, estritamente nacionalista. Estou contando um fato pessoal, o dr. Fleury não pôde sair do hotel.

M.Q. - Uma pergunta que eu queria fazer ao senhor. Quando foi assinado esse tratado, parece que havia outros países também que estavam pleiteando...

A.D. - Sim, a Esso, naquele tempo a Standard queria fazer, explorar lá. Eles não deixaram.

M.Q. - Não deixaram. E o Brasil recebeu uma área que era realmente boa, eles não fizeram outra concessão. Porque mais tarde parece que o Brasil ficaria com uma área que não era das melhores. Na revisão do tratado, mais tarde.

A.D. - Esse ponto eu não sei não. Eles não tinham conhecimento de uma área melhor do que a outra, porque os trabalhos que eles fizeram eram muito superficiais. Houve a Guerra do Chaco. O Brasil foi o árbitro lá. Então, todos nós pensávamos que ali conseguiríamos depois fazer a... Mas houve a paz, e o Brasil não conseguiu entrar na Bolívia.

C.G. - Vamos passar a um decreto, ainda no ano de 38, que

é um ano farto em matéria de legislação mineral.

A.D. - O Decreto 538* também é de 38?

C.G. - De 38. E esse decreto 938 é um decreto que sujeita à autorização do governo o funcionamento de sociedades para fins de mineração...

A.D. - Pesquisa de reservas minerais, é.

C.G. - Essa sujeição à autorização do governo já fazia parte de uma intenção de reformulação do Código de Minas? Porque esse decreto revoga parte do espírito do Código de Minas de 34.

A.D. - Sim, porque apesar de criado o Conselho Nacional de Petróleo, as autorizações de pesquisa e lavra de jazidas de petróleo eram processadas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral. Havia necessidade de transferir essa competência legal para o Conselho, que foi criado para esse fim.

M.Q. - Mas então não havia nenhuma alteração nessa lei com relação ao que...

A.D. - A concessão, não.

M.Q. - ... ao que vigia anteriormente?

A.D. - Não, só era determinada a competência de quem ia processar pedido.

C.G. - Mas no Código de Minas não havia uma regulamentação específica para as sociedades que se constituíssem para fazer mineração.

A.D. - Não.

C.G. - E esse decreto estabelece a aprovação prévia do governo.

A.D. - Claro, é. Exige até esse negócio de brasileiro nato.

C.G. - Agora, o decreto que constitui a reserva petrolífe-

*Trata-se do Decreto-Lei nº 938, de 8 de dezembro de 1938.

ra do Recôncavo tem algumas coisas engraçadas.

A.D. - Foi iniciativa do Conselho.

C.G. - Foi iniciativa do Conselho?

A.D. - É.

C.G. - Pois é. Ele começa declarando que para a sua elaboração foi ouvido o CNP, mas quem assina o decreto com o presidente é o ministro da Agricultura.

A.D. - Porque era o competente. O presidente do Conselho não podia assinar decreto.

C.G. - Mesmo que se referisse a petróleo?

A.D. - Pela Constituição federal, quem assina é o presidente da República com o ministro da pasta competente.

C.G. - Então é isso: apesar da autonomia que tinha o CNP, a competência do petróleo permanecia ainda com o Ministério da Agricultura.

A.D. - Não, vamos dizer, era questão só da exigência para a assinatura de decretos. Porque os decretos que você vê publicados no Diário Oficial são assinados pelo presidente da República e pelo ministro de uma pasta qualquer que seja relativa ao assunto. Às vezes mais de uma pasta.

M.Q. - Mas o CNP não era um órgão subordinado, era um órgão autônomo.

A.D. - Autônomo. Então o presidente da República assinava, mas precisava também um ministro assinar. Não sei, mas era formalidade.

C.G. - Mas de qualquer forma os decretos de petróleo eram redigidos pelo CNP. Eram elaborados, discutidos e redigidos pelo CNP.

A.D. - Pelo CNP.

C.G. - Não passavam pelo Ministério da Agricultura.

A.D. - Não. Talvez passassem porque o...

C.G. - Só a assinatura.

A.D. - Para obter a assinatura.

C.G. - Sim, mas o Ministério da Agricultura só referendava...

A.D. - Referendava só.

C.G. - ...com a sua assinatura. Não discutia.

A.D. - Não discutia, nunca houve discussão.

M.Q. - O Ministério da Agricultura não estava no Conselho não é? Não estava representado no Conselho?

A.D. - Havia um representante do Ministério da Agricultura no Conselho.

C.G. - Dr. Alcy, em que época o Horta Barbosa viaja à Argentina e ao Uruguai? É nesse ano de 39?

A.D. - O ano precisamente eu não sei. Mas mais ou menos é 39, 40.

C.G. - É nos primeiros tempos...

A.D. - Foi logo no começo.

C.G. - ...do Conselho. Em conversa anterior o senhor já se referiu à importância dessa viagem.

A.D. - Ah, foi fundamental.

C.G. - O senhor poderia falar novamente sobre essa importância?

A.D. - É, mas está me faltando o nome do general.

M.Q. - Mosconi.

A.D. - Mosconi. O general Horta Barbosa foi muito bem recebido pelo general Mosconi, que mostrou como o caso se processou na Argentina. Onde o petróleo tinha sido descoberto e não estava sendo explorado. Porque as companhias estrangeiras não tinham interesse. A Argentina naquele tempo tinha muita influência inglesa, e as companhias não queriam explorar o petróleo que lá existia. De maneira que

o general Mosconi fez a campanha dele lá e mostrou a necessidade de criar os estabelecimentos petrolíferos fiscais... YPF. Estabelecimentos ...Eu não sei bem a palavra que em pregavam.

M.Q. - Agora, eu acho que a gente pode passar a um outro decreto-lei, que é o Decreto 1.143, de março de 39, que institui as normas para a aplicação dos créditos do CNP, comprovação de despesas, admissão de pessoal. Quer dizer, dava uma estrutura de orçamento, financeira, ao CNP.

A.D. - É.

M.Q. - Inclusive uma estrutura autônoma...

A.D. - Exato.

M.Q. - ...dizendo que o presidente da República tinha poderes para autorizar...

A.D. - Exato.

M.Q. - ... até despesas em caráter secreto.

A.D. - Secreto.

M.Q. - Qual foi a repercussão desse decreto junto ao DASP, por exemplo?

A.D. - Que eu saiba, nenhuma. O decreto custou a passar, mas depois que passou...

M.Q. - Mas custou a passar por quê?

A.D. - Sim, porque o projeto sofreu impugnação de vários órgãos. Do DASP, e suponho também do Ministério da Fazenda.

C.G. - É por isso que o decreto é aberto afirmando a conveniência de regular a autonomia concedida ao CNP.

A.D. - Claro, é.

C.G. - Essa autonomia incomodava?

A.D. - Claro. Eles achavam que não era conveniente, não

compreendiam o alcance.

C.G. - Dr. Alcy, nesse decreto-lei fica estabelecido o registro prévio no Tribunal de Contas de todos os créditos concedidos ao CNP, até os créditos orçamentários.

A.D. - Claro.

C.G. - Por que esse procedimento?

A.D. - Isso é normal, isso é... Todos os créditos passam pelo registro do Tribunal de Contas.

C.G. - Sim, mas alguns créditos naquele momento passavam só posteriormente. Mas os créditos do CNP são todos submetidos a registro prévio no Tribunal, mesmo os orçamentários.

A.D. - É. Eu não sei responder. Eu suponho que isso era normal para todos os órgãos. Havia o registro, porque o órgão... Há o registro prévio, o órgão fica responsável por aquele dinheiro. No fim, quando eu esgotei o crédito e tenho que prestar contas para levantar outro, eu vou ter que prestar contas no Tribunal de Contas. Então o meu crédito está registrado aí.

C.G. - Sei, então era apenas um registro prévio.

A.D. - É.

C.G. - Não era uma aprovação prévia.

A.D. - Não, a fiscalização era a posteriori.

C.G. - Porque há alguns créditos que o Tribunal pode julgar a conveniência de sua aplicação previamente.

A.D. - É, claro.

C.G. - Antes, até 64, o Tribunal de Contas tinha a prerrogativa de impugnação de créditos que se buscasse registrar. O Tribunal usa dessa prerrogativa com o CNP, o senhor tem memória de alguma impugnação prévia?

A.D. - Não. Eu só me lembro de uma vez termos ido ao Tribu-

nal de Contas. Mas não na presidência do general Horta Barbosa, na presidência do João Carlos Barreto. Houve qualquer dúvida quanto às formalidades da prestação de contas. E eu fui com ele ao Tribunal de Contas. Fomos recebidos pelo presidente que era um — eu não me lembro o nome dele — era um gaúcho. E ele disse; "Não, não tem nada, e tal..." E na mesma hora aprovou tudo. Homem muito distinto, não me lembro do nome dele.

M.Q. - Quer dizer, efetivamente eles não colocavam nenhum empecilho, previamente.

A.D. - Não, nenhum empecilho.

M.Q. - O negócio era a posteriori.

A.D. - Era, nenhum empecilho.

M.Q. - Ainda com referência a esse decreto, alguma vez Vargas utilizou aquela prerrogativa de fazer uso de um decreto secreto?

A.D. - Não...

M.Q. - Autorização secreta.

A.D. - Não, nunca.

C.G. - Nem durante a guerra, nenhuma operação de petróleo foi feita em caráter secreto?

A.D. - Não, nenhuma.

C.G. - Passando ao decreto seguinte, o 4.071, ainda de 39, que regulamenta o abastecimento nacional de petróleo, passam a depender nesse momento da autorização do CNP todas as operações de importação, exportação, distribuição e refino. E no bojo desse decreto se estabelece a obrigatoriedade de estoques mínimos para importadores e distribuidores de petróleo.

A.D. - Exato.

C.G. - Por que é que se estabelece essa exigência de es-

toques mínimos? Havia o horizonte do conflito internacional determinando?

A.D. - Sim, porque foi em que ano?

C.G. - Foi em 39.

M.Q. - Mais de 39.

A.D. - Por causa da guerra. Era preciso ter um estoque mínimo porque de repente podia não vir um navio, ou o navio era posto a pique. Então precisava ter um estoque mínimo para atender às exigências mínimas.

M.Q. - E como é que isso foi recebido pelas companhias internacionais?

A.D. - Elas aceitaram porque era a garantia delas' também. Viviam disso!

M.Q. - E elas tinham condições de armazenagem?...

A.D. - Tinham, tinham os armazéns aí. O estoque mínimo era inferior à capacidade dos armazéns.

M.Q. - Sim, é claro.

C.G. - O CNP fiscalizava os estoques mínimos?

A.D. - Fiscalizava.

C.G. - Me diga uma coisa, dr. Alcy. A estrutura de fiscalização dos estoques mínimos tinha que ser diferente da daqueles procedimentos a que o senhor se referiu, de controle dos preços.

A.D. - É.

C.G. - O estoque mínimo tinha que ser controlado de uma forma muito mais efetiva diretamente pelo CNP. O CNP nesse momento já dispunha de uma estrutura de fiscalização mais articulada?

A.D. - Não, não havia não. Aquilo era uma colaboração recíproca entre o Conselho e as companhias. Nesse ponto elas eram muito leais.

C.G. - Sei, nunca houve problemas a respeito dos estoques mínimos.

A.D. - Nunca houve uma multa?

M.Q. - Então nunca houve problemas de qualidade. E os consumidores não reclamavam da qualidade dos derivados?

A.D. - Não. Porque obedeciam a certas especificações.

M.Q. - Pois é, que era o CNP que determinava.

A.D. - É. Que são internacionais.

M.Q. - Agora, em junho de 39, houve o Decreto 1.369, que transferiu para o CNP o material do DNPM.

A.D. - É, que estava aplicado lá em Lobato.

M.Q. - Por que se fez essa transferência do material, quando o corpo técnico do CNP era precário, havia pouca gente, e se havia conferido prioridade ao refino, e não é pesquisa e lavra?

A.D. - O CNP nessa ocasião já estava se habilitando, já estava habilitado a fazer a pesquisa.

M.Q. - Já estava? Mas o pessoal técnico havia sido contratado?

A.D. - Havia engenheiros do Departamento Nacional de Produção Mineral que estavam trabalhando no Conselho Nacional de Petróleo. Muitos. Dr. Avelino, por exemplo, era um grande engenheiro que trabalhava no Conselho Nacional de Petróleo e era da Produção Mineral.

M.Q. - Mas qual era a diretriz? Porque parece que o Conselho estava preocupado com o refino, não é?

A.D. - Não, não, a preocupação... O petróleo é um problema só.

M.Q. - É, mas parece que a abordagem do Conselho é exatamente a abordagem de garantir o refino, quer dizer, estabelecer o refino independente da pesquisa. A pesquisa vai

a reboque das refinarias.

A.D. - Porque a pesquisa é muito onerosa, é muito cara. Então, só quem dispõe do refino, da capacidade de refinar, com o lucro do refino, faz a pesquisa. Porque a quantia não é modesta, para refinar, porque é um jogo.

C.G. - O Brasil estabelece uma estratégia diferente da Argentina.

A.D. - Sem dúvida.

C.G. - Primeiro refina para depois pesquisar. Para não ficar como a Argentina, com o petróleo descoberto e sem...

A.D. - Sim, porque a Argentina teve aquela sorte de encontrar aquilo a olho nu.

M.Q. - Aproveitando a oportunidade, já que nós estamos falando do refino, e adiantando uma pergunta que nós vamos fazer mais tarde: nesse momento, em 39, parece que surgiram algumas iniciativas de particulares de estabelecer refinarias, a idéia de já começar a montar aqui refinarias. Inclusive houve aquele problema da Esso, que montou lá um arremedo de refinaria, que depois foi desmontada. Porque verificou-se que não era...

A.D. - Não, era só para dizer que ia fazer a refinaria.

M.Q. - Exatamente. E começaram a surgir algumas propostas de particulares. Inclusive o dr. Drault Ernanny, em 39, já tem um estudo todo feito na Bahia para a instalação de uma refinaria, não é verdade? No Rio de Janeiro também aparecem algumas propostas. Tem a proposta do Euvaldo Lodi, tem a proposta do Murray-Simonsen, também. Como é que são recebidas essas propostas dentro do Conselho? Qual é a intenção do Conselho? Montar refinarias estatais, ou ainda se admitia a participação do capital privado nacional nesse processo?

A.D. - Eu não me lembro de nenhuma proposta de iniciativa particular para a montagem de refinarias na época que vocês estão falando.

M.Q. - Não eram propostas formalizadas mas entrou-se em

entendimentos...

A.D. - Talvez entendimentos dos quais eu não participei.

C.G. - O senhor só vê uma efetivação desse espírito, dessa intensão mais tarde.

A.D. - Sim, muito mais tarde. Foi no tempo do general Barreto, que então abriu uma concorrência pública para quem quisesse montar refinarias.

C.G. - Mas o Horta Barbosa expressava alguma posição explicitamente contrária a refinarias particulares?

A.D. - Sim, o pensamento dele é que a refinação deveria ser feita pelo Conselho do Petróleo.

C.G. - Mesmo que fossem em refinarias de capital nacional.

A.D. - Sim, capital nacional, mas capital nacional, vamos dizer, nacional da nação. [risos]

C.G. - Estatal.

A.D. - Estatal.

C.G. - Dr. Alcy, agora já no ano de 1940 é promulgado o novo Código de Minas.

A.D. - Sim.

C.G. - Pelo Decreto-Lei 1.985, que tem uma inclinação muito mais nitidamente nacionalista que...

A.D. - Que o anterior.

C.G. - ...que o anterior. E onde se estabelece que o direito à pesquisa e lavra é limitado a brasileiros, quer pessoas físicas ou jurídicas.

A.D. - Claro.

C.G. - O senhor fala para gente a respeito do peso que o CNP teve na elaboração desse Código? Se esse Código foi responsabilidade do DNPM, que teve participação na elaboração, mas... que peso tem o DNPM nesse Código, que peso tem o CNP?

A.D. - Eu suponho que o peso do CNP nesse Código foi zero não influenciou. Foi obra exclusiva do Departamento. Pelo menos eu não fui ouvido. Foi 40...

C.G. - Foi 40.

A.D. - Em 40 eu seria ouvido.

C.G. - E o CNP expressa divergência desse Código?

A.D. - Não, não prejudicou em nada.

C.G. - De qualquer forma, esse decreto amplia os poderes estatais sobre jazidas e sobre produção mineral.

A.D. - Sim, é claro. Que era o ponto de vista do Conselho.

C.G. - Que vinha ao encontro do Conselho.

A.D. - É.

C.G. - Em 40 ainda...

A.D. - Perdão, esse decreto eu creio que tinha a assinatura do Juarez Távora.

C.G. - Ainda.

A.D. - Que era nacionalista.

C.G. - Nessa época ainda era. Depois é que ele vem a mudar de posição.

A.D. - É?

C.G. - Ah, sim. Depois, quando ele volta da guerra, o general Juarez Távora vem claramente em defesa das companhias multinacionais.

A.D. - Não soube disso.

M.Q. - Mas esse Código que o senhor está falando que tem a assinatura do general Juarez Távora, não é o de 34?

A.D. - Sim, foi o primeiro.

M.Q. - É porque nós estamos falando do segundo, de 40.

A.D. - É, tem razão. O segundo a assinatura é de Odilon...

M.Q. - Fernando...

A.D. - Fernando Costa. O primeiro é que é do Juarez.

M.Q. - Mas quer dizer que nessa parte o CNP não foi ouvido?

A.D. - Não, não. Que eu saiba não.

C.G. - Bom, agora nós chegamos ao Decreto-Lei 2.615, que cria o Imposto Único, federal, sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos Minerais.

A.D. - Isso foi uma grande batalha.

C.G. - Foi uma grande batalha?

A.D. - Foi uma grande batalha.

C.G. - O senhor relata para a gente essa batalha?

A.D. - Tanto quanto possível, o... No sistema antigo, o município, o estado e a União tributavam o petróleo. Precisava de dinheiro, criava a taxa tal. De maneira que esse sistema tributário era muito prejudicial ao abastecimento do petróleo. Não se podia fazer uma política, porque de repente o município de Foz do Iguaçu tinha criado a taxa tanto por garrafa de petróleo. Não era possível distribuir gasolina. Então foi preciso criar o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos Minerais. A criação desse imposto exigiu vários expedientes, porque todo mundo era contra. Os municípios eram contra, os estados eram contra e as autoridades federais também eram contra.

C.G. - As autoridades federais também? Por quê?

A.D. - Então, o ministro da Fazenda. Também era contra. De maneira que esse expediente é um expediente volumoso que vocês podem encontrar no Conselho Nacional do Petróleo, a queles ofícios trocados. Isso é uma biblioteca, deu muito trabalho para rebater aqueles argumentos e demonstrar que era preciso criar um imposto único. Que até hoje é a base disso tudo que está aí.

C.G. - Que importância tem esse imposto único no financiamento da política de petróleo?

A.D. - Porque permitiu a criação da indústria do petróleo.

C.G. - A base financeira foi o imposto único.

A.D. - A base financeira.

C.G. - E o papel do Fleury da Rocha neste imposto único?

A.D. - Foi formidável. Todo o expediente foi feito por ele. Todos os ofícios são da redação dele.

M.Q. - E para as companhias distribuidoras estrangeiras, isso era uma vantagem?

A.D. - Para elas foi bom, porque elas eram muito tributa-das. Elas eram tributadas pela União, pelo Estado e pelo municipio.

C.G. - Na verdade o imposto único eleva a alíquota do re-colhimento federal, mas diminui a incidência sobre as com-panhias.

A.D. - É, e há práticas, há maneiras de toda hora ter que arrecadar um...

C.G. - Dr. Alcy, esse imposto único de qualquer forma per-manece compatibilizado com o imposto do selo e da renda sobre o petróleo. O selo e a renda poderiam continuar incidindo sobre o petróleo.

A.D. - Sim.

C.G. - Por que é que se mantém?...

A.D. - Porque o modo de tributar, o antigo -- hoje não existe mais o imposto de selo. Naquela época existia, hõ-je esse imposto acabou. Então, esse imposto era particu-lar sobre os contratos. Eu fazia um contrato, esse contra-to levava selo.

C.G. - Bom, incidia, mas de forma marginal.

A.D. - É, era insignificante.

C.G. - Do recolhimento desse imposto único, cabia uma par

cela significativa ao Fundo Rodoviário dos Estados e Municípios.

A.D. - Claro, conservação das estradas. Abertura e conservação das estradas de rodagem. Quase todas elas devem a sua vida a esse imposto.

C.G. - E o controle sobre esse fundo era do CNP?

A.D. - Não.

C.G. - O CNP não exercia o controle sobre os gastos dos estados e municípios...

A.D. - Não, que eu saiba, não.

C.G. - Porque na legislação era atribuição do CNP esse controle, mas o senhor não se lembra de que efetivamente ele o tenha exercido.

A.D. - Não, que eu soubesse, não.

M.Q. - Então ele só transferia na verdade os recursos, o percentual destinado a...

A.D. - É, porque o Conselho não recebia o dinheiro.

M.Q. - Ah, não?

A.D. - Não. A arrecadação era feita pelo Ministério da Fazenda, não me lembro, pelo setor de estradas de rodagem.

M.Q. - Pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem?

A.D. - É, eu acho que sim.

M.Q. - Bom, agora vamos passar para outro decreto, que é o Decreto 3.236, de 7 de maio de 1941, que institui um regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais, das rochas betuminosas e pirobetuminosas que...

[FINAL DA FITA 2-B]

M.Q. - Esse decreto de que nós estávamos falando, o 3.236,

é um decreto que, vamos dizer assim, particulariza a quesção com relação ao petróleo. No Código de Minas há uma referência às jazidas de petróleo, mas no Código de Minas a coisa fica bem particularizada.* Que alterações exatamente, que determinações essa lei traz para a questão das autorizações de pesquisa e lavra? O que ela determina?

C.G. - Bom, na verdade, o que esse decreto tem de diferente em relação ao Código de Minas é essa frase "domínio privado imprescritível", em relação às jazidas de petróleo. Isso faz alguma diferença em relação às outras jazidas?

A.D. - Não faz nenhuma diferença. É uma força de expressão.

C.G. - E no corpo desse decreto-lei, o refino do petróleo porventura descoberto por pesquisadores privados deixa de ser automaticamente concessão deles.

A.D. - É.

C.G. - Não é? Desses pesquisadores. Isso era uma medida intencional de desestímulo à pesquisa privada?

A.D. - A lavra... Aqui diz alguma coisa sobre refino?

C.G. - Diz. Aí se estabelece que os pesquisadores privados, uma vez tendo sido bem-sucedidos na sua pesquisa de petróleo, não são no entanto titulares automáticos da concessão de refino desse petróleo que eles descobriram. Isso aí tinha o sentido de desestimular a pesquisa privada?

A.D. - Não, não havia esse objetivo. Eu não sei. (lê murmurando) Eu suponho que isso não... Isso nunca foi objeto de nenhuma tática, porque não encontraram jazida nenhuma. De maneira que se houvesse aqui alguma disposição legal, ficou sem objetivo prático.

C.G. - Mas a razão de se incluir esse desestímulo era...

A.D. - Talvez uma preocupação maior para preservar o mono-

* A entrevistadora se enganou. Trata-se evidentemente do Decreto 3.236.

pólio, já prevendo o monopólio.

M.Q. - É o privilégio, não é?

A.D. - É.

M.Q. - Talvez fosse para dar o privilégio em primeiro lugar ao Estado.

A.D. - Ao estado, é.

M.Q. - E depois, se não fosse possível... Era uma brecha, não é?

A.D. - Uma brecha, é.

M.Q. - Agora, existe um outro decreto, que é de setembro de 42, o Decreto 4.675, que requisita o material de uma companhia de petróleo chamada Copeba, que parece que não tinha autorização para funcionar como empresa de mineração. Mas que conseguiu isenção para importar os seus equipamentos. Quem era o dono dessa Copeba? Que empresa é essa?

A.D. - Eu me lembro do principal acionista, o presidente e principal acionista. Não me lembro do nome dele. Ele era um esforçado, mas não tinha recursos financeiros. Então, queria lançar subscrições públicas, mas ninguém assinava a subscrição. Porque era tudo um... Era uma expectativa muito vaga.

C.G. - Mas de qualquer forma ele consegue importar material de sondagem para petróleo.

A.D. - É conseguiu, mas não teme...

C.G. - Que o CNP termina requisitando.

A.D. - É?

C.G. - É.

A.D. - Deve ter sido coisa sem importância.

C.G. - Dr. Alcy, em 43 o general Horta Barbosa sai da presidência do CNP, e é nomeado João Carlos Barreto.

A.D. - É.

C.G. - Por que é que sai o general Horta Barbosa, na verdade?

A.D. - Eu cheguei a dizer a vocês.

C.G. - O senhor já nos disse.

A.D. - O Brasil tinha declarado guerra... O Brasil estava neutro, depois declarou guerra aos países do Eixo. E o general achou que, o Brasil em guerra, ele não queria estar num posto civil.

M.Q. - Isso não tem a ver com o projeto dele de criar uma refinaria estatal, não, que não se realizou?

A.D. - Não. Foi uma questão de preocupação pessoal dele, militar, por natureza.

C.G. - De qualquer forma, nesse momento ele estava sofrendo de várias pressões de abertura da visão do CNP em relação à questão do petróleo. Porque já se tinha entrado na guerra em apoio aos Aliados.

A.D. - É.

C.G. - E essas pressões que ele estava sofrendo, o senhor acha que não foram importantes para a saída dele.

A.D. - Não, eu suponho que não. O motivo foi ele querer um posto militar.

C.G. - Dr. Alcy, e por que é nomeado o João Carlos Barreto?

A.D. - Não sei. Uma preferência do presidente da República, mas não sei o motivo. Nunca soube.

C.G. - E com essa saída do general Horta Barbosa, o que é que muda no CNP?

A.D. - Bom, a principal modificação foi essa, que o general João Carlos Barreto não tinha uma preocupação tão exclusiva em matéria de... da nacionalização da pesquisa, da lavra e da refinação do petróleo. Foi a única diferença.

No mais ele respeitou tudo.

M.Q. - Nesse período da guerra, deve ter havido dificuldade para a vinda de combustível, a importação de combustí-
vel, não é?

A.D. - Muita. Tanto que houve um racionamento muito rigo-
roso. Foram suprimidos os táxis!

M.Q. - E isso o CNP...

A.D. - Perdão, fomar suprimidos os táxis, não. Foram su-
primidos os carros particulares.

M.Q. - E isso o CNP controlava também?

A.D. - Controlava. Porque havia exceções. Essas excessões
só eram dadas pelo Conselho Nacional de Petróleo.

M.Q. - E o senhor acompanhou esse processo todo?

A.D. - Acompanhei. Cada caso era debatido, e tudo mais.

M.Q. - E as exceções eram para quem?

A.D. - Por exemplo, todos os pedidos... Vários indivíduos
pediam autorização para usar o automóvel. Uns alegavam pa
ralisia, outros alegavam necessidade de ir não sei aonde,
e tal. E o Conselho negava a todos.

M.Q. - Mas para as indústrias esse fornecimento estava ga
rantido.

A.D. - Sem dúvida.

C.G. - A relação pessoal do senhor com o Horta Barbosa e-
ra muito boa, não é?

A.D. - Excelente.

C.G. - E com o João Carlos Barreto? Continuou sendo...

A.D. - Mesmo grau. Eu quis sair logo que o general saiu,
que ele assumiu, eu quis sair. E ele me pediu que eu con-
tinuasse. Por isso eu continuei.

C.G. - Mas com a entrada do João Carlos Barreto, se ini-
cia dentro do CNP a temporada de abertura das refinarias,

não é?

A.D. - Foi.

C.G. - Tanto a estatal quanto as particulares. E em 1946 o CNP concede, outorga à refinaria de petróleo de Mangui-nhos autorização para a instalação, exploração de uma refinaria de oito mil barris diários.

A.D. - Uma em São Paulo também.

C.G. - Uma em São Paulo no ano seguinte. Por que é que no momento da guerra, quando nós enfrentamos todas essas dificuldades de fornecimento de petróleo, foi impossível montar uma refinaria apesar da intenção do general Horta Barbosa de instalação de uma refinaria estatal? Por que é que só depois de terminada a guerra, quando o fornecimen-to do petróleo era mais fácil...

A.D. - Porque era impossível importar o material. Era impossível.

M.Q. - Era impossível. Mas nem negociar?

A.D. - Nada. Era inegociável. Havia a campanha submarina, e a indústria norte-americana, que era a única fornecedo-ra de material, estava toda ela dedicada à guerra. Só produzia material de guerra para os Estados Unidos.

M.Q. - É, não digo instalar a refinaria. Mas por exemplo, no caso da siderúrgica nacional, foi às vésperas da guer-ra...

A.D. - Sim, mas aquilo foi um tratado. O presidente Vargas negociou com o presidente Roosevelt a concessão do mate-rial para a siderurgica nacional com a condição de ele per-mitir a instalação de bases aéreas em Pernambuco.

C.G. - E por que é que o petróleo, que era questão prioritária de segurança nacional, não é alvo de uma negociação semelhante no governo Vargas? Por que é que o governo Vargas não negociou refinaria como negociou a siderurgia?

A.D. - Porque era muito mais difícil, muito mais difícil. A siderurgia foi mais fácil. A indústria siderúrgica, se você comparar uma companhia siderúrgica de Volta Redonda com uma refinaria de petróleo, é como se comparasse uma, vamos dizer, uma oficina de costura com uma...

M.Q. - Uma fábrica têxtil complexa.

A.D. - É. É diferente. Aquilo é um forno só, e não tem mais nada.

M.Q. - Mas com relação ao processo de autorização da concorrência de abertura da concorrência...

A.D. - Perdão. Antes isso aqui: na época, quando o presidente negociou, ele tinha que obter uma coisa mais ou menos proporcional ao que ele estava dando, não podia pedir muita coisa mais, que o Roosevelt não daria, não podia dar. Dando a siderurgia naquela época, para o Brasil foi muito importante. Porque o Brasil não tinha siderurgia, tinha o ferro e não tinha a siderurgia.

M.Q. - Era uma indústria que daria base às outras.

A.D. - Às outras.

M.Q. - Com relação a essas concessões que vieram em 46, elas já vinham sendo objeto de negociações anteriores à autorização, não é? Isso inclusive ainda no período em que Getúlio Vargas estava no poder.

A.D. - Sim.

M.Q. - Porque a autorização saiu um dia depois que caiu Getúlio, se não me engano. Não foi?

A.D. - Sim. Mas isso foi uma coincidência.

M.Q. - Foi uma coincidência. Não foi uma mudança de perspectiva.

A.D. - Não. Porque a concorrência...

M.Q. - A abertura da concorrência.

A.D. - Creio que foi ainda no tempo do Getúlio, não? Não sei...

M.Q. - Não. A autorização para a abertura da concorrência foi um dia, exatamente um dia depois, se não me engano, da queda do Getúlio.

A.D. - É? Mas era processo que estava lá.

M.Q. - Que já estava em andamento.

A.D. - É. Porque se não, não podia. Em um dia não havia tempo para...

M.Q. - É, mas a decisão foi tomada depois. Bom, o senhor acompanhou esse processo da concorrência entre os pretendentes à instalação de refinarias particulares?

A.D. - Sim, acompanhei também..

M.Q. - É, porque houve uma série de exigências que o CNP fez.

A.D. - É.

M.Q. - Eu entrevistei o Drault Ernanny e ele me disse que foi muito difícil atender a todas as exigências que o CNP fez. Principalmente a questão do óleo, da garantia de fornecimento do óleo.

A.D. - Ah, pois é, tinha que demonstrar que tinha possibilidade de obter o óleo.

C.G. - O CNP nesse momento, em 46, no mesmo tempo que autoriza as refinarias privadas — em 46 a de Manguinhos e em 47 a...

A.D. - A da União.

C.G. - A Refinaria União, lá em São Paulo —, autoriza a criação da Refinaria Nacional de Petróleo, estatal. Como é que se negocia a convivência dessas refinarias privadas com a refinaria estatal? Como é que isso passa pelo João Carlos Barreto e pelo conselho superior? Isso internamente ao CNP era alvo de muita discussão e muita divergência? Havia alas distintas em defesa das refinarias estatais e em defesa das refinarias privadas?

A.D. - Não. Não houve uma discussão assim veemente, que eu soubesse, não.

C.G. - Porque ao mesmo tempo, essa autorização das refinarias está dentro do CNP mas se amplia para a sociedade, para o Congresso.

A.D. - Exato.

C.G. - Não é? É o tempo em que se está discutindo o Plano Salt, e que é estatizante, e o Estatuto do Petróleo, que é privatizante. Como é que essa discussão se reproduz dentro do CNP?

A.D. - O CNP, o espírito dele era contra isso, contra a privatização.

M.Q. - Mesmo com o João Carlos Barreto?

A.D. - É, o João Carlos Barreto não era assim um apaixonado como o general Horta. Mas no fundo ele também era contra.

M.Q. - Essa refinaria nacional seria montada exclusivamente com capital do Estado?

A.D. - Sim. Só capital do Estado.

M.Q. - Não havia um percentual que pudesse... Como numa sociedade de economia mista, por exemplo?

A.D. - Bom, depois prevaleceu esse ponto de vista. Porque a Petrobrás é uma sociedade de economia mista. Prevaleceu isso. O ideal seria estatal inteiramente. Mas no Congresso, a maioria no Congresso era favorável, a UDN era favorável à sociedade mista. Então não saiu a refinaria estatal, saiu a sociedade mista, sociedade anônima.

C.G. - É, mesmo já em 46 a forma dada é de sociedade anônima.

A.D. - É.

C.G. - Essas concessões, esses tipos de autorização, to-

dos eles datam de 46, 47. Mas em 49 o CNP passa, logo no início do ano, duas resoluções -- Resolução nº 1 e nº 2-- que estabelecem normas para a prova de capacidade financeira das empresas pesquisadoras e para a questão de preferência dos proprietários do solo. Por que nesse momento o CNP se ocupa com a questão pesquisa e lavra do petróleo? Em 49? Há alguma razão? Quer dizer, havia uma...

A.D. - Eu não me lembro, não.

C.G. - Não houve nenhuma intensificação de pedidos de...

A.D. - Não.

C.G. - ... de autorização para lavra e pesquisa?

A.D. - Bom, havia pedidos, mas muito modestos, nem eram objeto de... Fazia-se aquele exame burocrático, mas os pedidos não tinham nenhum fundamento.

C.G. - A campanha do "O petróleo é nosso" não levantou ali nenhuma onda de pedidos de autorização para pesquisa e lavra?

A.D. - Não, não.

M.Q. - Agora, em 49 houve um destaque ao Plano Salte, destaque 650, que autorizava a abertura de crédito especial para a aquisição de locomotivas, refinarias e petroleiros, com a utilização dos recursos já existentes, aqueles recursos congelados de guerra. Qual era a posição do CNP em relação a essa idéia de utilização desses recursos para trazer refinarias para o Brasil? Qual era a posição do CNP em relação ao DASP? Porque é no DASP que se organiza o Plano Salte.

A.D. - Sim, mas a aplicação seria feita pelo Conselho. Do ponto de vista de refinaria, eu não me lembro de nenhuma medida concreta. Do ponto de vista de navios petroleiros é que houve uma concorrência aberta pelo Conselho Nacional do Petróleo para adquirir navios.

C.G. - A questão das refinarias foi toda negociada pelo DASP mesmo.

A.D. - Não, ninguém negociou.

C.G. - Não. O dr. Mário Bittencourt Sampaio negociou refinarias na França em 46, antes do destaque, em 47, 48. A compra de...

A.D. - De refinarias?

C.G. - De refinarias.

A.D. - Eu ignoro. Eu penso que ele negociou só navios.

M.Q. - Não negociou refinarias também.

A.D. - Eu não sabia.

M.Q. - E o destaque é o resultado das negociações dele.

A.D. - Eu não sabia.

M.Q. - É o resultado do seu trabalho.

C.G. - O representante do CNP na comissão do Estatuto do Petróleo era Avelino Inácio de Oliveira. Que posições ele defendia em nome do CNP dentro desse Estatuto? Ele rompeu com o espírito do Estatuto, ou ele abraçava o Estatuto?

A.D. - Não, ele manteve as posições relativas à pesquisa de petróleo; a mesma coisa.

C.G. - À pesquisa e à defesa do monopólio.

A.D. - É. De monopólio não. Porque o Estatuto não...

C.G. - O Estatuto abria para as empresas privadas.

A.D. - Pois é. O Avelino usou a mesma linguagem que estava lá.

C.G. - O CNP desempenha algum papel na tramitação dentro do Congresso desse destaque que vai resultar nesses recursos que vão financiar os petroleiros?... O CNP diretamente se envolveu nessa disputa dentro do Congresso?

A.D. - Não, nunca fez um lobby. [risos]

C.G. - Não fez lobby.

A.D. - Não.

M.Q. - Bom, agora nós vamos passar para o Decreto 28.050,

de 1950, que dispõe sobre a administração da frota nacional de petroleiros. Um servidor do CNP ficava como administrador da frota de petroleiros adquirida com aqueles recursos do Plano Salte. Por que é que se estabeleceu a subordinação do administrador da Fronape a CNP, em vez de estar subordinado a frota diretamente...

C.G. - Na verdade esse decreto estabelece a subordinação do administrador da Fronape no CNP. Mas não estabelece a subordinação da própria frota ao CNP. Por quê?

A.D. - Não sei, não sei, não.

C.G. - Na verdade era uma subordinação precária.

A.D. - É, devia ser as duas coisas. Ambos subordinados ao CNP.

C.G. - Na verdade um ano depois isso vem a ser corrigido. A própria Fronape vai ser...

A.D. - É. Deve ter sido um engano de redação.

C.G. - Dr. Alcy, me diga uma coisa. Esses petroleiros são comprados com os recursos que vêm do destaque que é estabelecido pela Lei 650. Esse destaque é todo negociado pelo dr. Mário Bittencourt Sampaio, que era do DASP, que era o administrador do Plano Salte. A negociação é toda dele. Por que então esses recursos, cabe ao CNP administrar, e não ao Plano Salte, e não ao DASP?

A.D. - Suponho que por causa da especialização, não? Aliás o dr. ... Como é o nome dele?

C.G. - Mário Bittencourt.

A.D. - Já tinha um espírito mais nacionalista.

C.G. - É, o Plano Salte defende a presença estatal.

A.D. - É, o presidente Dutra era nacionalista.

M.Q. - E ainda com relação à constituição do oleoduto Santos-São Paulo. O senhor acompanhou as dificuldades que ocorreram em relação ao financiamento do oleoduto? Porque

ele acaba sendo financiado através do Plano Salte.

A.D. - Sim.

M.Q. - Mas anteriormente havia sido negociado um empréstimo lá fora para construir o oleoduto, e esse empréstimo não sai.

A.D. - Pois não.

M.Q. - Que tipo de dificuldade surgiu? O senhor acompanhou essas dificuldades?

A.D. - Suponho que eram de natureza financeira mesmo. Dificuldade financeira. Não podia vir empréstimo, não havia dinheiro. Porque em consequência da guerra esse capital estrangeiro minguou.

C.G. - Não houve, que o senhor tenha conhecimento, nenhuma manobra de esvaziamento da...

A.D. - Não, não. Quem dirigiu esse foi o... general...

M.Q. - Artur Levy.

A.D. - Artur Levy, muito distinto.

M.Q. - Ainda com relação ao ano de 1950, existe um outro decreto que é o Decreto 28.240, que declara integrada ao território nacional a plataforma submarina na parte correspondente evidentemente a este território. Como é que era regulamentado isso anteriormente? A Plataforma submarina fazia parte, era considerada parte do território nacional?

A.D. - É, a plataforma submarina é considerada parte do território nacional.

M.Q. - Mas isso aí...

A.D. - O decreto diz isso.

M.Q. - O decreto diz isso.

A.D. - É uma redundância.

M.Q. - Ah, é? Porque isso já existia anteriormente.

A.D. - Sem dúvida. A plataforma submarina faz parte do território nacional. Isso é internacional. Todas as nações respeitam isso. Plataforma submarina na França pertence à França.

M.Q. - E o CNP? Qual foi o papel do CNP na formulação desse decreto que o senhor diz que é uma redundância, mas que deve ter tido evidentemente uma razão?

A.D. - Eu não me lembro desse decreto. É do meu tempo?

M.Q. - É, é de 50.

A.D. - Quando é que eu saí?

C.G. - Em 54.

A.D. - Em 54? É, eu não me lembro desse decreto, não. Esta me parecendo uma redundância.

C.G. - Nesse período passa por uma certa negociação na ONU, essa incorporação das plataformas submarinas.

A.D. - Talvez a definição, porque ninguém sabia a extensão delas. Então a ONU fixou, porque cada um dizia: "Minha plataforma vai até o inferno." [risos] Então a ONU fixou: "Não, a sua plataforma vai até aqui." Dava uma metragem. Que eu não sei precisamente qual é, mas é uma metragem grande.

C.G. - Bom, mais adiante nós vamos estabelecer as duzentas milhas. [risos]

A.D. - Duzentas milhas.

C.G. - Qua já foi uma luta.

A.D. - Pois é.

M.Q. - Me parece que nesse período são 12 milhas.

A.D. - Pela ONU são 12 milhas só?

M.Q. - Sim.

C.G. - Bom, de qualquer forma...

M.Q. - Dr. Alcy, por hoje nós vamos encerrar a nossa entrevista.

A.D. - Foi um prazer muito grande para mim.

M.Q. - E voltaremos na próxima semana para continuar.

A.D. - Quando vocês quiserem.

M.Q. - Muito obrigada.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

2ª Entrevista: 30.10.1987

C.G. - Dr. Alcy, o senhor acaba de nos entregar os originais de uma conferência feita pelo general Horta Barbosa na Câmara dos Vereadores de São Gonçalo, em 48, no auge da Campanha contra o Estatuto do Petróleo que tramitava na Câmara, o que é expressão da atuação do general Horta Barbosa mesmo fora do CNP na luta pelo petróleo nacional. O senhor podia recuperar para a gente essa participação do general Horta Barbosa esse tempo todo fora do CNP?

A.D. - Bom, ele foi incansável nessa luta, deu várias entrevistas e fez essas conferências que serviram de base para todos os outros defensores do "O petróleo é nosso".

C.G. - Nessa altura o general Horta Barbosa ainda exercia alguma liderança dentro do CNP?

A.D. - Indireta. Porque o nome dele foi sempre muito respeitado, muito acatado. Não só pelo brilho da sua atuação, a sua honestidade, o seu escrúpulo, as suas medidas de economia, como pela iniciativa que teve, que eu acho muito importante, de ter sido ele quem mandou os primeiros técnicos brasileiros estudarem petróleo nos Estados Unidos.

C.G. - Esse respeito ao general Horta Barbosa dentro do CNP, num momento em que o CNP tinha uma orientação um pouco diversa do que o general tinha imprimido na sua gestão, trazia a formação de grupos e dissensões muito graves den

tro do CNP?

A.D. - Não, não fez dissensões muito graves, porque embora a chefia do Conselho tivesse uma orientação mais liberal no problema, não podia destruir o valor técnico que o general Horta Barbosa tinha deixado dentro do órgão. A capacidade técnica.

M.Q. - Dr. Alcy, nesse período em que o senhor ainda vai ficar no CNP, até a saída do dr...

A.D. - Plínio Cantanhede.

M.Q. - Plínio Cantanhede, que foi em 55*, até aí o senhor acompanhou certamente todo o problema da montagem da refinaria de Mataripe e também a montagem da refinaria de Cubatão. Não diretamente, mas indiretamente, o senhor deve ter acompanhado isso. Talvez diretamente através dos contratos, através da compra de material fora no estrangeiro... Isso tudo o senhor deve ter mais ou menos...

A.D. - Sim, você disse muito bem: indiretamente, porque o meu trabalho era jurídico.

M.Q. - Mas o que o senhor pode nos dizer a respeito de como o senhor acompanhou os problemas que devem ter surgido nesse período em torno da construção das refinarias?

A.D. - Não houve, vamos dizer... Problemas técnicos, eles é que resolviam, os técnicos. E problema político não houve. Porque embora elas fossem construídas, vamos dizer, com outro espírito que não o do "O petróleo é nosso", concorriam para o petróleo nosso.

M.Q. - Eu não estou falando das refinarias particulares, eu estou falando das refinarias públicas.

A.D. - Das refinarias públicas, pois então. Elas não eram parte de um programa radical, mas eram parte de um programa que concorria para a consumação do nosso ideal do "O petróleo é nosso".

M.Q. - Me diga uma coisa: como é que se organizava a estrut

*Foi em 1954.

tura do CNP para essas refinarias? Por exemplo, a parte ju
rídica. Existia algum funcionário no local da construção,
ou tudo passava pelo escritório?

A.D. - Não, eles tinham funcionários próprios.

M.Q. - Cada refinaria.

A.D. - É. Tinham assistentes jurídicos que acompanhavam o
trabalho.

M.Q. - Vocês na sede entravam em contato com eles?

A.D. - Só quando necessário. Nos problemas mais importan-
tes, administrativos.

M.Q. - A estrutura então era separada...

A.D. - Separada.

M.Q. - ...da estrutura do órgão, do CNP. A estrutura das
refinarias existia independente...

A.D. - É, perfeito. Na refinaria de Mataripe houve uma
comissão nomeada. Em todas houve uma comissão nomeada pa
ra fazer o serviço.

M.Q. - O senhor lembra quais eram as pessoas que estavam
nessas comissões?

A.D. - A bem dizer, eu não me lembro, não.

M.Q. - Eram pessoas do Exército?

A.D. - Não, tinha oficial do Exército, mas não me lembro
o nome. Na de Mataripe creio que foram os engenheiros Má-
rio Ludolf, Plínio Cantanhede e o major Newton — o sobre
nome dele não me ocorre —, que era assistente do presi-
dente do Conselho.

M.Q. - Isso ainda na época do João Carlos Barreto.

A.D. - Do João Carlos Barreto.

M.Q. - Lá em Cubatão era o general Stênio Caio, não é?

A.D. - É, Stênio Caio de Albuquerque Lima. Eu já não me

lembrava mais do nome dele. Faz tantos anos, não é?

M.Q. - O senhor lembra por acaso uma comissão de petroquímica que foi organizada dentro do CNP?

A.D. - Não, não me lembro.

C.G. - Dr. Alcy, o senhor já nos disse que não vê grande distinção entre as gestões do general Horta Barbosa e João Carlos Barreto à frente do CNP. O senhor vê alguma mudança significativa na gestão de Plínio Cantanhede?

A.D. - Sim, porque o Plínio era favorável ao "O petróleo é nosso". De maneira que ele procurava infundir essa idéia na sua orientação administrativa.

C.G. - Então ele retoma a linha...

A.D. - Ele retoma a linha do general Horta Barbosa.

C.G. - O senhor se identifica melhor com essa gestão?

A.D. - Perdão, eu me identifiquei muito bem com a gestão do general João Carlos Barreto. Quando saiu o general Horta Barbosa, eu procurei sair também, e o general João Carlos Barreto me pediu para ficar. Então eu fiquei. E nunca tivemos um incidente qualquer por divergência de orientação. Os nossos pontos de vista eram reciprocamente respeitados.

C.G. - Mesmo que não fossem coincidentes.

A.D. - Mesmo que não fossem coincidentes, porque ele não era favorável ao "O petróleo é nosso". Mas também não era contra.

M.Q. - Como o senhor via a questão das refinarias particulares? O senhor achava que era interessante para o país ter refinarias particulares?

A.D. - Jamais, jamais. Eu opinei nos casos somente em relação aos aspectos jurídicos que surgiram em relação à identidade dos concorrentes.

M.Q. - Identidade?

A.D. - Sim.

M.Q. - Ah, sim.

A.D. - Os requisitos necessários para disputarem a concorrência.

M.Q. - Sei. Havia aquela [inaudível] de ser brasileiro, não é, [inaudível] se havia alguma ligação com o estrangeiro ...

A.D. - Exatamente. Foi só isso.

C.G. - Se naquele momento o senhor fosse chamado a opinar sobre o mérito da questão — refinarias privadas sendo estabelecidas—, o senhor se pronunciaria de que forma?

A.D. - Conforme me pronunciei na época, que não havia lei que proibisse a instalação delas, mas que as concessões deviam ser dadas mediante concorrência pública. Essa concorrência foi aberta.

M.Q. - O senhor acha que as refinarias, por exemplo, de Manguinhos e de São Paulo tinham capacidade financeira para serem levadas a cabo? O senhor acredita que...

A.D. - Eu acredito que sim, porque essa capacidade foi examinada pelas comissões no momento.

M.Q. - Sim, mais isso foi assunto de uma polêmica muito grande. Porque atrasaram as obras, houve problemas de financiamento, o próprio dr. Drault Ernanny teve dificuldades, teve que se associar ao Peixoto de Castro.

A.D. - Peixoto de Castro.

M.Q. - O senhor acompanhou essas dificuldades?

A.D. - Aí... Vamos dizer, indiretamente.

C.G. - Vamos voltar aos comentários sobre a legislação, que estávamos fazendo na sessão passada. Se o senhor se recorda, em janeiro de 51 é promulgado o Decreto 29.171, que aprova o novo regimento do CNP. Esse novo regimento implica uma redução sobre taxas e impostos de petróleo e sobre acordos internacionais que envolvessem petróleo, por

parte do CNP. O CNP perde alguns poderes. Anteriormente o CNP tinha que ser ouvido, e era condicionada à sua aprovação, aprovação em instância superior, qualquer providência sobre impostos e taxas...

A.D. - Relativos ao petróleo.

C.G. - E acordos internacionais. Mas a partir desse momento o CNP só é ouvido como uma instância a mais. A aprovação de medidas, nesse sentido, não estava mais condicionada à aprovação prévia do CNP, há um esvaziamento do CNP. E esse é um decreto promulgado nos últimos dias do governo Dutra. Por que é que ele passa? Quais são as razões que determinam a elaboração dessa legislação?

A.D. - Pelo tempo decorrido, eu não me lembro desse incidente. Penso que o marechal Dutra sempre foi favorável ao "O petróleo é nosso". De maneira que ele preservaria a independência do Conselho Nacional do Petróleo.

C.G. - Dr. Alcy, a mudança do governo em 51 vista de dentro do CNP, que mudanças traz ao equacionamento do petróleo nacional?

A.D. - Em 51, é...

C.G. - Dutra dá lugar ao Getúlio.

A.D. - Que eu saiba não houve nenhuma mudança assim importante, porque o presidente Getúlio Vargas também era favorável ao "O petróleo é nosso".

C.G. - Ele não promove mudanças significativas dentro do CNP?

A.D. - Que eu me lembre, não.

C.G. - Ainda em 51, já na gestão de Getúlio, em novembro, tem um outro decreto, o Decreto 30.161, que dispõe sobre a competência dos órgãos de exploração do petróleo. E aí passam a estar diretamente subordinadas ao presidente do CNP a Comissão da Refinaria Nacional do Petróleo, Mataripe, a Comissão da Refinaria de Cubatão, a Comissão de Aqui

sição dos Petroleiros, a administração da Fronape, a Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso. O senhor se lembra de quem parte a iniciativa de formulação desse decreto? Se é do CNP ou se é iniciativa do presidente Getúlio? Porque esse decreto vem novamente ampliar as atribuições do CNP que tinham sido reduzidas no apagar das luzes do governo Dutra.

A.D. - Tenho a impressão de que isso resultou do Plano Salte, cujo orientador era o... Não me lembro do nome dele, era um homem muito importante.

C.G. - Dr. Mário Bittencourt Sampaio.

A.D. - Mário Bittencourt Sampaio.

M.Q. - Mas é curioso observar que o dr. Mário Bittencourt Sampaio se queixa exatamente de que a parte financeira das refinarias, o dinheiro que estava previsto no Plano Salte, ele foi todo cortado na época do Getúlio. Então, como é que o senhor acha que fica essa situação, essa sua explicação? Porque o CNP volta a ter força.

A.D. - Força.

M.Q. - Volta a ter força. Mas o Getúlio retira as verbas para continuar refinarias, para ampliar essa parte de refinação no país.

A.D. - Como eu já disse na entrevista anterior, o presidente Getúlio Vargas era favorável ao nosso ponto de vista, mas era um homem que tinha muita... como se diria, muita atividade a desenvolver. De maneira que ele tinha vários auxiliares. Alguns desses auxiliares às vezes procuravam infundir os seus pontos de vista pessoais. E o presidente Vargas quando percebia, já tinha saído a medida, precisava então revogar. Isso na primeira etapa também aconteceu conforme mostrei, ainda hoje estou dando o exemplo do imposto único. O ministro da Fazenda era contra.

C.G. - Então o senhor atribui o esvaziamento do Plano Sal

te a pressões internas mesmo.

A.D. - É o governo é uma máquina muito complexa.

C.G. - Dr. Alcy, por esse mesmo decreto, 30.161, o presidente do CNP fica incumbido de apresentar o anteprojeto de reorganização das atividades governamentais no domínio da exploração de petróleo. Mas, afinal de contas, vem a caber à assessoria a formulação da mensagem que o governo Getúlio vai encaminhar ao Congresso como a sua mensagem. O que acontece nesse meio tempo? Porque é que o CNP não apresenta esse projeto, por que é que Getúlio não apresenta como suas as sugestões que o CNP formulou?

A.D. - Seria para o Estatuto do Petróleo?

C.G. - Não, o Estatuto não. A mensagem que o Getúlio manda, e que através do substitutivo vai resultar na criação da Petrobrás. O CNP não manda, o CNP não expressa a posição do governo Getúlio. Não é ao CNP que cabe a redação do projeto que o Getúlio encaminha ao Congresso.

A.D. - Não.

C.G. - Por que isso?

A.D. - Quando o presidente encaminhou ao Congresso essa sugestão, ressaltou a responsabilidade dele, disse que o assunto era muito complexo e que aquela opinião não era dele. Está escrito na mensagem. Encaminhava por dever de ofício.

M.Q. - Dr. Alcy, agora vamos passar a uma outra lei, que é a lei, que é a Lei 1.749, de 28 de outubro de 52, que estabeleceu mudanças no Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos, determinando que houvesse recolhimento diário do imposto ao Banco do Brasil pelas estações arrecadoras. Por que razão é estabelecido esse controle fiscal tão rígido?

A.D. - Eu não sei. Talvez para facilitar a arrecadação.

M.Q. - Agora, eu me lembro que uma das coisas que se ale-

gava para a criação da Petrobrás, era que o CNP tinha uma estrutura muito rígida para comportar dentro dele atividades como de refinarias. Exatamente por causa desse... Um dos problemas era esse de arrecadação. Todo dia a refinaria tinha que prestar contas, arrecadar o imposto, e isso era muito difícil. Uma das coisas que se alegou foi essa.

A.D. - Pois não. O Conselho Nacional do Petróleo era um órgão modesto, tinha poucos funcionários. Precisava mudar a estrutura dele para executar serviços novos e mais desenvolvidos, mais complexos.

M.Q. - Por que não se tentou transformar o CNP, dar a ele uma estrutura mais ágil, em vez de criar uma outra...

A.D. - Em matéria de administração pública, isso é muito difícil de responder. Porque há sempre outros interesses em jogo.

C.G. - Uma das acusações feitas nesse momento ao CNP é que essas mudanças no imposto único são feitas justamente para dificultar a vida das refinarias. Porque com essa obrigatoriedade de recolhimento diário, a previsão orçamentária ficava complicada para as empresas. Isso poderia trazer graves entravos à vida financeira das empresas. E acusava-se o CNP de ter exatamente estabelecido tal procedimento para dificultar a vida financeira dessas refinarias. Isso procede, essa acusação faz sentido?

A.D. - Creio que não.

M.Q. - Mas esse tipo de controle é próprio de uma autarquia? O senhor como advogado talvez pudesse informar isso. Porque o CNP era uma autarquia.

A.D. - Não, não era uma autarquia.

M.Q. - Não?

C.G. - Não, que autarquia!

A.D. - Não, o Conselho Nacional do Petróleo era um órgão

da administração.

C.G. - Um órgão da administração direta.

M.Q. - Ah, sim, direta. Perdão.

C.G. - Era um Conselho da Presidência.

A.D. - É.

M.Q. - Então me confundi. Bem, nesse momento agora, então vamos conversar um pouco a respeito da aprovação da Lei 2.004 e o posterior esvaziamento do CNP. A passagem de boa parte de seus técnicos, de seus quadros, para a própria Petrobrás. Eu estive acompanhando através das atas da própria diretoria da Petrobrás a passagem de muitos desses elementos da parte técnica, da parte administrativa.

A.D. - Quase todos.

M.Q. - Quase todos. O senhor não se interessou em passar para a Petrobrás?

A.D. - Não, não. Eu no momento trabalhava no Conselho Nacional do Petróleo. Não me interessei absolutamente.

C.G. - Dr. Alcy, quem fica dentro do CNP, fica em resistência à criação da Petrobrás?

A.D. - Não.

C.G. - O pessoal do CNP opõe resistência à criação...?

A.D. - Não, nenhuma resistência.

C.G. - Nenhuma.

A.D. - Nenhuma. Estava de acordo com o seu ponto... com os seus desejos.

C.G. - E as pessoas que ficam também não se insurgem contra o esvaziamento das atribuições do CNP?

A.D. - Absolutamente. Não. Nunca notei isso.

C.G. - Porque muitas delas são transferidas para a Petrobrás.

A.D. - Sim, mas vamos dizer, por interesse público, e que consultava também o interesse particular, porque lá ganhavam mais, na Petrobrás.

C.G. - Então o senhor acha que o processo de adaptação do CNP aos novos tempos da Petrobrás foi de...

A.D. - Foi normal, normal.

C.G. - Foi de colaboração.

A.D. - Colaboração. Não houve nenhum incidente entre o Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobrás durante todo o tempo que fiquei no Conselho.

M.Q. - Qual foi?

A.D. - Não houve nenhum.

M.Q. - Ah, não houve nenhum. O senhor deve ter conhecido o dr. Hélio Beltrão, que na época era assessor do dr. Plínio Cantanhede.

A.D. - É.

M.Q. - Ele já era funcionário do CNP anteriormente, ou ele foi com o dr. Plínio Cantanhede para lá?

A.D. - Ele foi com o dr. Plínio Cantanhede. Era um homem distinto, muito competente e nacionalista.

M.Q. - Dr. Alcy, eu acho que nós encerramos o nosso elenco de perguntas para o senhor. Mas gostaríamos aqui que o senhor ainda se tivesse alguma coisa a acrescentar ao seu depoimento, por favor fizesse isso agora, ficasse à vontade para...

A.D. - Não. Foi um prazer ser entrevistado por vocês. Fizem perguntas objetivas, a que eu respondi com toda a sinceridade. Mas não tenho mais nada a dizer. Primeiro, porque o tempo decorrido já é muito longo, já não me lembro. Segundo, porque tudo o que nós ambicionávamos foi realizado. De maneira que hoje só me resta me congratular com os meus antigos chefes e companheiros pelo resultado dos

nossos trabalhos.

C.G. - O senhor continua satisfeito com a Petrobrás.

A.D. - Continuo. Menos com o contrato de risco. Ah, isso não.

C.G. - O que o senhor tem contra os contratos de risco?

A.D. - O contrato de risco foi uma calamidade. Que me parece que está sendo no momento combatida, para ser eliminada essa... como se diria...

M.Q. - Brecha.

A.D. - Essa brecha no monopólio.

M.Q. - Dr. Alcy, muito obrigada pelo seu depoimento.

A.D. - Eu é que agradeço a vocês a honra de terem me distinguido.

M.Q. - Então vamos encerrar. Obrigada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]